



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 116 - 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1996 - R\$ 1,00

**Eleições Municipais: Voto nulo para
rejeitar o eleitoralismo enganador
e defender o programa revolucionário**

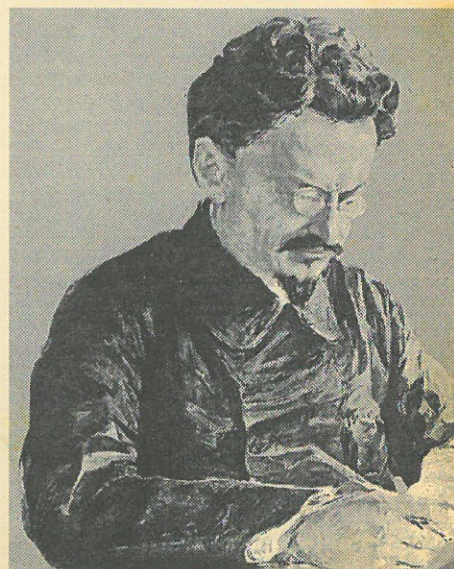
**Governo prossegue com reformas
antinacionais e antipopulares**

**Somente a luta nacional e unitária de massa
pode enfrentar o governo e os patrões
e pôr abaixo o plano de fome de FHC**

Campanha do POR:

**Aniversário da
morte de Trotsky**

**Em defesa da Teoria da
Revolução Permanente**



A quinzena de luta do movimento operário

A CUT prepara um manual para ajudar o trabalhador a escolher candidatos comprometidos com a classe operária. Mas são os direções sindicais que estão comprometidas com os candidatos, que dependem dos votos dos operários.

Os dirigentes sindicais se distanciam e se diferenciam cada dia mais dos interesses da classe operária. Eles formaram uma casta superior de "operários" fora da produção, com muitos privilégios e temem perder seus cargos. Esta burocracia tem colocado limites e bloqueado as manifestações, protestos e greves dos trabalhadores, que dependem unicamente do trabalho para sobreviver e estão sendo descartados a todo momento pelos patrões. O número de desempregados na Grande São Paulo atingiu em junho 1.385.000 trabalhadores, segundo o Dieese. Ao invés da CUT responder a esse ataque do governo e dos capitalistas contra os explorados, vem com essa de fazer uma cartilha para canalizar os oprimidos para o eleitoralismo burguês.

Os operários não estão preocupados com as eleições. Esta política das direções dos sindicatos (organismos de defesa da classe operária) desvia os trabalhadores para a política burguesa de reformas superficiais do capitalismo. A política operária é a luta anticapitalista. Contra a privatização da saúde e da educação, contra o arrocho salarial, contra o fim da estabilidade do funcionalismo, contra as medidas da tal flexi-

bilização do trabalho, contra a entrega da economia nacional ao imperialismo etc.

* Operários da Constran Engenharia, ao exigir pagamento atrasado, entram em conflito com os seguradoras da obra do túnel do parque Ibirapuera. Somente após a violência, patrões pagam o que devem. Na Construtora VHF, houve tiros durante greve por reposição de 16%. Os patrões só conhecem a linguagem do combate e é assim que os oprimidos devem fazer.

* Têxteis da Inylbra, de Diadema, não aceitam contraproposta de 7,5% de antecipação. Reivindicam aumento real de 15%, plano de cargos e salários e mudança do convênio médico. Patrões viajam para o Exterior e alegam não ter dinheiro.

* Metroviários realizam "atrasos" no metrô exigindo PLR. Não aceitam o aumento da jornada de 36 para 40 horas e não aderem às horas extras, que causam o desemprego dos companheiros.

* Vidreiros da Carlos Gomes demitidos em 93 em assembléia para exigir pagamento das verbas rescisórias e FGTS.

* Motoristas e cobradores da Viação São Camilo paralisam por 8 horas exigindo registro na carteira de trabalho. Dos 1.200 trabalhadores da empresa, apenas 160 possuem carteira assinada, não recebem tíquete-refeição e cesta básica decidido no acordo coletivo de maio.

* Funcionários da Febem fazem passeata pela reposição de 23,19% e unificação das escalas de trabalho (3 X 2) para os concursados contratados no ano passado, que recebem 50% a menos.

* Operários da Papaiz em greve para forçar patrões negociarem a participação nos lucros e resultados (PLR). Patrões colocam polícia na porta da fábrica impedindo realização da assembléia dos operários. Mais uma vez os patrões mostram que sua linguagem frente à luta dos trabalhadores é a polícia. Eis porque devemos nos organizar muito bem no interior das fábricas, criando comissões de luta.

* Metalúrgicos da Caloi, Bravox, Oriente, MGE, Lutz Ferrando entram em greve pela PLR.

* Operários da Bicycletas Caloi exigem pagamento integral da participação nos lucros e resultados.

* Metalúrgicos da Fabb Primar em greve contra o atraso no pagamento do salário de julho.

* Coureiros não aceitam proposta de 8%. Reivindicam 20% de aumento real e 26,8% de reposição das perdas salariais.

* Operários da Macaúba Construções Civil em greve exigindo 16% de reajuste determinado pelo TRT.

* Têxteis da Rosset continuam em greve. Patrões não aceitam decisão do TRT.

* Costureiras de São Paulo e Osasco realizam greve "passeio à floresta": são manifestações na porta das casas dos patrões e dirigentes da Fiesp, seguida de passeata. A Tweed Indústria de Roupas, a Jean Fabian e KGL fecharam acordo de 24,8% reivindicado pela categoria. TRT propõe reajuste de 17%.

Na região do ABC, as costureiras reivindicam 20% de reposição salarial e piso de R\$ 350,00. Decididas também a não ceder.

Superprodução na Mercedes-Benz causa demissão. Só com luta é possível enfrentar o desemprego.

* Com estoque de 200 ônibus, equivalente a 4 meses de produção, a Mercedes-Benz, de Campinas, decide encerrar a produção de ônibus monoblocos a partir de setembro. Demitindo aos poucos e acertando benefícios nas demissões para garantir a produção de mais 144 ônibus antes do fechamento da fábrica. Os metalúrgicos, ainda empregados, impediram a saída das carretas com 15 plataformas de ônibus e autopeças para exportação. Os patrões devem R\$ 1.100 de PLR do ano passado e a proposta de pagar alguns salários adicionais foi rejeitada em assembléia da categoria.

Com a produção paralisada desde o dia 17 de julho os capitalistas se sentem prejudicados e querem "negociar". Os burocratas sindicais acham a atitude dos patrões positiva. Os metalúrgicos não devem produzir mais! A superprodução dá garantia de muito lucro aos capitalistas e o desemprego dá garantia de muita fome aos operários!

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL, R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTA JORNAL



Por que o POR não apóia o PSTU nas eleições

O PSTU, uma corrente que se reivindica do socialismo, pela primeira vez lança uma campanha eleitoral própria. Anteriormente, estava no PT. Logo após sua expulsão, juntamente com outras correntes de esquerda, participou organicamente na Frente Brasil Popular, dirigida pelo PT. Agora, intervém com suas candidaturas porque o PT se negou a aceitá-lo na coligação.

Antes dessa decisão, porém, fez uma campanha por uma Frente de Esquerda e por candidaturas socialistas. Toda ela esteve voltada para pressionar o PT a aceitá-lo num bloco eleitoral. Nesse processo, o PSTU se negou a abrir qualquer discussão com as correntes que se reivindicam do trotskismo, principalmente com o POR e PCO.

O problema não pára aí. Lançou um programa dito socialista, mas que na verdade é democratizante-reformista, diferenciando apenas de grau das posições petistas e estalinistas do PCdoB. Divulgamos uma Carta-Aberta ao PSTU criticando sua conduta de seguidismo perante o PT, profundamente corrompido na política burguesa. E o chamamos a abrir a discussão em torno da constituição de uma frente revolucionária antiimperialista e de um verdadeiro programa socialista, que é o programa de transição para a revolução no Brasil.

Defendemos uma tática frentista bem distinta da tática eleitoral-oportunista. Porém, para o PSTU não importa de fato o programa e o correspondente método frentista, mas sim a quantidade de votos que possa obter. Eis por que o PSTU fez de tudo para entrar na frente popular do PT e se negou qualquer discussão com as correntes à sua esquerda.

Sem dúvida, sua campanha eleitoral, marcada pela demagogia "socialista", no quadro de franco apodrecimento político do reformismo petista, empolga uma parcela da vanguarda, que não consegue ver criticamente sua conduta política. Mas sabemos que o aventureirismo eleitoral do PSTU tem fôlego curto diante do poder econômico dos partidos da burguesia.

A intervenção de uma corrente verdadeiramente socialista nas eleições só tem a função de utilizá-la como meio provisório para defender o programa estratégico da revolução e ditadura proletárias. Toda adaptação ao clima eleitoral e utilização dos recursos de marketing, colocando a política a serviço da mentalidade pequeno-burguesa, é a negação da tática revolucionária de luta contra a burguesia. Os primeiros materiais de propaganda do PSTU mostram essa orientação.

O POR, como corrente embrionária em construção, não reuniu forças ainda suficientes para poder intervir nas eleições com suas candidaturas revolucionárias. Por outro lado, não pôde

constituir uma frente com o PSTU e outras correntes do campo de esquerda pelas razões acima apresentadas e bem analisadas a Carta-Aberta. Dessa forma, impõe-se a alternativa de defesa do voto nulo programático e da necessidade de se construir o partido revolucionário.

O apoio oportunista de Causa Operária ao PSTU

A corrente Causa Operária, denominada agora de PCO devido a seu pedido de legalização (registro), também fez uma campanha nos mesmos moldes do PSTU de frente de esquerda, sob o rótulo de "Frente Operária e Socialista"(FOS). Muda-se o nome da frente, mas o conteúdo é o mesmo. Bem distante da necessidade de constituir uma frente revolucionária antiimperialista.

A Frente de Esquerda do PSTU e o FOS de Causa Operária são variantes de uma mesma política de adaptação às eleições. Assim como o PT chutou o PSTU, o PSTU chutou o Causa Operária. E a razão do chute não está na questão do programa, como nos quer fazer crer o PSTU em relação ao PT, e o Causa em relação ao PSTU. Prova disso está na constituição do bloco eleitoral regional PSTU/PCO em Belo Horizonte (MG).

O mal chamado "Programa de Classe", que selou a unidade eleitoreira, é o conhecido programa do morenismo (antiga Convergência Socialista, agora PSTU). Referimo-nos à estratégia do "governo dos trabalhadores", bem nos moldes das campanhas eleitorais levadas a cabo desde o tempo em que essas correntes estavam imersas no PT.

O ponto 5 do programa reflete esse conteúdo: "Lutar pela conquista de um governo dos trabalhadores para Belo Horizonte (BH) e para o Brasil, um governo sem patrões, voltado para o atendimento dos interesses da maioria da população".

Está clara a formulação democratizante da estratégia governamental. Defende-se um governo saído das eleições que atenderia as necessidades das massas. Um verdadeiro conto do vigário. Alguém minimamente consciente acredita que um governo dessa natureza, apoiado na máquina estatal, poderá atender de fato as necessidades da maioria da população? A hipocrisia dos esquerdistas não tem limites.

Que diferença tem tal governo dos trabalhadores da estratégia petista de governo democrático e popular? Dirão que o governo do PT comporta patrões e que o governo dos trabalhadores é sem patrões. Aparentemente, estamos diante de uma grande diferença e que seria ultra-esquerdismo não reconhecê-la. Ocorre que um governo dos trabalhadores pode não ter patrões mas ser um governo pequeno-burguês, por-

que afinal de contas as classes constitutivas do país não se resumem em patrões e trabalhadores.

Os patrões constituem a classe definida dos capitalistas. Mas os trabalhadores englobam a classe operária, a classe camponesa e a classe média urbana. Isso indica uma indefinição classista da forma de governo, muito a gosto dos centristas de esquerda. É claro que aí está a essência do programa oportunista, quer passar por proletário quando é pequeno-burguês.

O PCO e todo mundo sabem que o PSTU rejeita terminantemente a clara formulação revolucionária do governo operário e camponês, sinônimo de ditadura do proletariado. O governo dos trabalhadores do PSTU sempre foi defendido como uma forma democrática de governo de transição. E não como sinônimo de ditadura do proletariado. Dessa forma, o PCO se coloca inteiramente sob a bandeira dos mais arraigados revisionistas do trotskismo. Não é preciso estender nossa explicação sobre o oportunismo da formulação de um governo eleito que promete atender as exigências das massas.

Por último, resta ainda uma menção ao seguidismo de Causa Operária ao PSTU ao lançar uma caricatura de apoio crítico ao candidato "socialista" de Valério Arcary, em São Paulo. Em nenhum momento, nos deparamos com a crítica de PCO ao programa do PSTU, falsamente socialista. Trata-se na verdade de um apoio oportunista. Para PCO, tanto faz se o PSTU concorda (MG) ou não (SP) com o programa, seu negócio é apoiá-lo. O desprezo pelo programa é típico das correntes revisionistas do marxismo. A denúncia e crítica dessas correntes, que iludem a vanguarda mais radical, é uma das tarefas do partido revolucionário.

NACIONAL



Fortaleza: A verdadeira face da candidatura Inácio Arruda

O caráter pró-capitalista da coligação "Fortaleza na Frente" (PCdoB-PT-PCB-PSTU), que é apoiada pelo burguês PSB, revela-se a cada dia que passa.

Para o estalinista Inácio Arruda, a "grande diferença" de seu programa é a "gestão democrática da cidade" (O Povo, 22/07/96), baseada nos Conselhos Municipais e no orçamento participativo. Assim, Inácio espera ver o "conjunto da cidade decidindo sobre estas questões fundamentais" (idem), inclusive "os empresários, com suas organizações" (idem).

Esse discurso não é novo, os atuais governadores do PT (Vitor Buaiz e Cristóvam Buarque), que hoje demitem, privatizam e reprimem trabalhadores, também o utilizaram em suas campanhas eleitorais. É o projeto frente-populista de "governar para todos os cidadãos", explorados

e exploradores, empresários e operários, latifundiários e sem-terras. De fato, tal política serve apenas para sustentar o capitalismo decadente e a burguesia parasitária, responsáveis por massacres, desemprego, miséria e toda forma de opressão social.

A candidatura de Inácio Arruda (PCdoB), portanto, está na contramão dos interesses operários e populares, não entrando em choque aberto contra as "reformas neoliberais", nem sendo um canal de resistência das massas.

O oportunismo do PSTU

O PSTU, como é de costume, está compondo mais esta frente popular. E o pior, vem mentindo para os trabalhadores. Chama a votar em Inácio "contra os patrões", quando o próprio Inácio diz que quer a participação dos empresários com suas organizações. Esta não é a mesma posição do PT?

Negando os princípios elementares do marxismo, o PSTU quer a "Prefeitura de Fortaleza a serviço dos trabalhadores", ou seja, quer pôr a máquina do Estado burguês, que oprime as massas e representa a ditadura da burguesia, a serviço dos explorados, que lutam historicamente para destruí-la (revolu-

ção) e instaurar a ditadura do proletariado (governo operário e camponês). Isso demonstra que, nos momentos decisivos, o centrismo (PSTU) coloca-se a serviço da política de conciliação de classes.

A política revolucionária

O desenvolvimento embrionário do POR e a legislação burguesa antioperária impossibilitaram o lançamento de candidaturas próprias, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, nestas eleições municipais.

Nessas circunstâncias, a tarefa posta para os revolucionários é a defesa do voto nulo programático. Em recente debate, "A política revolucionária nas eleições burguesas" (20/07/96), o POR em Fortaleza explicitou sua tática de voto nulo programático, que deve estar a serviço da unidade dos trabalhadores contra o plano antinacional e antipopular do governo FHC, da independência de classe e da construção do partido Operário Revolucionário. O que passa pelo combate político aos partidos burgueses e as variantes do frente-populismo (conciliação de classes).

Nacional



Prosseguem as reformas antinacionais e antipopulares

A abertura da exploração privada da telefonia foi mais um passo no programa de reformas neoliberais ditadas pelo imperialismo e aplicadas pelo governo FHC. Apesar de toda divisão interburguesa, o governo consegue ir dando seus passos e concretiza o plano antinacional e antipopular.

As reformas econômicas, aprovadas ainda no ano passado, permitiram abrir a economia ao capital estrangeiro e acelerar as privatizações. Com isso, ampliou-se o controle imperialista sobre os setores mais importantes da economia e parte das forças produtivas nacionais foi destruída, sendo seu mercado abocanhado pelas multinacionais. Um exemplo disso é o

que acontece no ramo automobilístico, onde os importados inundaram o país e os veículos "nacionais" são produzidos com 40% das peças importadas, número que deve chegar ainda a 70%. As conseqüências foram o fechamento de postos de trabalho e de fábricas inteiras. A reação dos operários foi contida pela burocracia sindical, que insistiu na conciliação com os patrões e o governo. Os acordos das câmaras setoriais beneficiaram as montadoras com redução de impostos, e as demissões e o arrocho salarial prosseguiram sem resistência no principal pólo operário do país.

As privatizações entregaram toda a siderurgia, grande parte da petroquímica e comercialização de energia elétrica ao capital externo. O fechamento de setores internos em benefício do externo, as demissões e o aumento da exploração do trabalho se sucederam.

As reformas mais complicadas estão emperradas pela divisão interburguesa

A reforma da Previdência era essencial para dar condições ao governo

de sustentar o parasitismo financeiro. Cortar esse direito social era e é uma meta do governo a serviço dos especuladores. A burocracia sindical cutista ajudou o governo a fechar um acordo que permitiu a votação de um projeto que acabava com a aposentadoria por tempo de serviço. Mesmo não indo tão fundo quanto o imperialismo pretendia, já era um passo concreto de destruição da Previdência pública. A reforma manteve os privilégios de parlamentares e com isso foi aprovada, sem resistência popular, apesar de contar com desaprovação da esmagadora maioria.

Novamente, as divisões interburguesas condicionaram o processo ao se debater as reformas fiscal e administrativa. Como aumentar impostos e cortar orçamentos se os estados e municípios estão falidos e o montante de impostos pagos já ultrapassa os 30% do PIB? Essa discussão serviu para reforçar a luta entre as oligarquias regionais ao redor das vantagens fiscais, que têm levado multinacionais e grandes empresas nacionais do sul/sudeste para o nordeste.

No que toca à reforma administrativa, apesar de não avançar no Congresso, os governadores e prefeitos têm criado todas as condições para sua aplicação. Os processos de "avaliação", "enxugamento da máquina", arrocho salarial, programas de demissões voluntárias etc. têm preparado o terreno para as demissões em massa. O reformismo não tem divergência quanto à necessidade de se pôr fim à estabilidade no emprego, e seus governadores têm se esmerado em "reformular" a máquina estatal. As organizações do funcionalismo, sob seu controle, não organizam a resis-

tência às demissões que se avizinhavam.

Perspectivas?

A continuidade da aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC agravará a crise no país. A continuidade da entrega da economia ao imperialismo destruirá ainda mais as forças produtivas, aumentando a recessão e desemprego. O aumento da dívida pública, pelo gigantismo do parasitismo especulativo e pelas negociações para aprovação das reformas no Congresso, pressionará a inflação,

atacando ainda mais os salários congelados. As demissões no funcionalismo agravarão ainda mais o desemprego em geral. O corte de direitos trabalhistas, promovido pelos patrões e pela burocracia sindical traidora, também.

Somente a luta nacional e unitária para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC pode impedir o aprofundamento sem precedentes da miséria das massas.

O MST e os partidos políticos

Recentemente, estourou como uma surpresa o apoio de José Rainha e Diolinda à candidatura municipal do PFL, na região do Pontal. Muitos ficaram incrédulos. E houve aqueles que chegaram a dizer que o Jornal Massas estava incriminando injustamente as duas maiores lideranças dos sem-terra do Pontal. Outros disseram que não se trata de uma orientação do MST e, portanto, não passa de uma decisão pessoal dos dois dirigentes.

A verdade é que o apoio ao PFL foi dado. E não é o fato de Diolinda comparecer no comício do PT em SP que a realidade será desmentida. O que interessa é sempre entender o fenômeno político de lideranças saídas do seio dos explorados capitularem diante da política burguesa. Essa explicação é a mais importante não para simplesmente denunciar aqueles que se sujeitam aos exploradores. Mas sim porque serve de experiência para se combater a influência ideológica e econômica dos capitalistas, seus partidos e o Estado sobre o movimento dos oprimidos e, particularmente, sobre sua vanguarda dirigente.

Um dos mais destacados dirigentes do MST é João Pedro Stédile. É a direção máxima desse movimento. Em entrevista à revista "Atenção", nº6, publicada pouco antes do acontecido no Pontal, Stédile expõe com toda franqueza a direção do MST em relação aos partidos políticos. Perguntado se "o MST se prepara para lançar candidatos a vereadores por vários partidos, inclusive o PFL", responde:

"(...) Em certas regiões em que não temos grande influência nem podemos eleger candidatos, apoiamos quem nos apóia. De fato, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, há um vereador do PFL que é velho amigo do movimento. Ele brinca, dizendo que é da esquerda do PFL. O deputado estadual paulista, Mauro Bragato, do PSDB, sempre nos apoiou mais do

que os parlamentares do PT. Como é que vamos dizer à base que não vote nele?"

Em outra passagem, seu pensamento completa a revelação da orientação do principal dirigente do MST:

"Lula, nas últimas duas eleições. Em 1989 houve problemas quando decidimos o apoio em um Encontro nacional, porque muitos companheiros do Sul preferiam o Brizola. Mas o alinhamento com o Lula não é automático. Se surgir candidato melhor ..."

Como se vê, Stédile não analisa o caráter de classe dos partidos e a função das candidaturas. Perfila-se pela idéia de quem é "amigo do movimento", ou seja, de quem dá apoio ao MST. Os casos citados, de Brizola (PDT) a Bragato (PSDB), se constituem em candidatos burgueses, representantes de partidos capitalistas. No caso de Lula (PT), estamos diante de um operário que se corrompeu na política do reformismo e da burocracia sindical.

O pragmatismo dos dirigentes do MST, que conduz o apoio a homens da burguesia, não consegue reconhecer os interesses antagônicos do movimento camponês (e também operário) com os partidos dos exploradores. Tais dirigentes fecham os olhos para o reconhecimento de que os representantes dos partidos burgueses se aproximam do MST para dele tirar proveito e para manter subordinados os explorados à política estatal da burguesia. Isso se separa a "boa alma" do partido defensor da escravidão capitalista é uma prática política típica do reformismo, que como tal sempre leva o movimento das massas a depender da benevolência dos seus próprios algozes.

Uma coisa é se as bases que lutam pela terra estão iludidas com os vários partidos da burguesia e com o reformismo, como revela Stédile. Outra coisa é a direção do movimento servir de instrumento para a política

burguesa no interior da luta dos explorados, em nome deste ou daquele apoio interesseiro. Essa distinção é fundamental, para se compreender a responsabilidade das direções, que não agem por instinto ou por pura ilusão.

A tarefa de uma direção revolucionária é de criticar radicalmente os partidos da burguesia e seus congêneres reformistas, travestidos de socialistas. Como tal, está obrigada a encarar um programa de destruição de toda forma de opressão social e política, ou seja, o próprio sistema capitalista de produção. Sem dúvida, com tal linha, os bondosos Bragatos não só se afastarão como mostrarão sua verdadeira face antioperária e anti-popular.

Esse é o caminho para não se criar a ilusão de que alguns políticos burgueses são "amigos do povo", que por essa razão lhes deve retribuir com o apoio eleitoral e político. Nosso objetivo deve ser o de emancipação de todos os trabalhadores da exploração e da miséria capitalistas. Para isso, é necessário combater sem trégua todas as variantes burguesas, incluindo aquelas que se aproximam oportunisticamente dos explorados.

Nacional



Paraná: Voto de confiança breca a ocupação de terra

Nas últimas semanas de junho, cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais sem-terra se mobilizaram para ocupar uma área na região de Tamarana, ao sul do município de Londrina.

Apesar da disposição para o combate das famílias e, mesmo sendo um momento propício para este tipo de ação, devido à repercussão dos recentes assassinatos de camponeses em Corumbiara e Eldorado, a própria direção do MST impediu que os trabalhadores ocupassem a terra dos latifundiários.

Josmar Chuptian, da direção do MST do Paraná, "negociou" com os fazendeiros e o INCRA a não ocupação das terras, em troca de promessas do INCRA de que este iria procurar terras para fazer assentamentos. "Procura dos pelo INCRA, resolvemos dar este voto de confiança" disse Chuptian em 22 de junho.

A decisão desse dirigente foi tomada não em assembléia com seus companheiros, mas numa reunião com 200 fazendeiros na Sociedade Rural do Paraná, que tinham por cima, como companhia, a Polícia Militar, o INCRA, o Ministério da Agricultura e a OAB. Ele atendeu prontamente o apelo da superintendente regional do INCRA, Maria de Oliveira, de que é necessário somar esforços [o INCRA] os produtores rurais [fazendeiros] e os Sem-terra".

O acordo foi feito a 22 de junho e até o dia 20 de julho 756 famílias continuam acampadas no assentamento Serraria em condições precárias, vivendo ao relento, expostos a todo tipo de doença e a fome que o rigoroso inverno deste ano torna ainda mais grave.

Este episódio, que não é isolado evidentemente, desnuda até que ponto a direção do MST está impregnada do espírito de colaboração de classes. Primeiro porque, contra todas as evidências e experiências do próprio movimento, renuncia ao único método que pode

lhes dar o acesso à terra: a ocupação. Troca o método da ocupação pela "negociação" e na hora de "negociar" abandona a reivindicação dos trabalhadores em troca de promessas.

Segundo, porque, mesmo supondo que venham a conseguir um pedaço de terra, isto será feito sob a forma de *assentamentos*, ou seja, os trabalhadores terão de comprar seus lotes. Desta forma, limita-se a luta, desde o início, nos marcos da legalidade e propriedade privada burguesas.

Além disso, os próprios latifundiários estão ansiosos para vender suas terras [cuja propriedade em muitos casos tem origem na simples grilagem] para fins de reforma agrária. Percebe-se com toda clareza o papel que a direção do MST desempenha neste episódio, impedir que o movimento realize a ocupação e auxiliar os fazendeiros a fazer negócio com o governo.

Um outro bloqueio à luta foi imposto. Quando o INCRA começou a cadastrar as famílias houve uma corrida ao acampamento, ameaçando ultrapassar as 1.000 famílias. Diante disso, o governo limitou em 600 o número de famílias que seriam cadastradas e a própria direção do MST se encarregou de impedir o acesso de novas e expulsar o excedente. Ora, onde está a orientação de arregimentar as massas desempregadas para ocupar terras?

"O Rei do Gado" em Tamarana

O presidente da Sociedade Rural do Paraná, Neco Garcia Cid, "impressionado" pelas condições em que estavam acampados os trabalhadores e suas famílias no Serraria, pediu aos fazendeiros da região a doação de alimentos e agasalhos. Levou assim ao acampamento dos sem-terra alimentos, cobertores e colchões. Até um boi levou para eles comerem.

Com esta "humanitária" postura, o latifundiário parasita pretende enganar os trabalhadores, fazendo-os acreditarem que ele os apóia, que a culpa é só do governo e que ele [e a classe que representa] não têm nenhuma responsabilidade pela situação em que foram jogados milhares de camponeses no Brasil.

Nada mais falso e canalhesco! Este assistencialismo, que deveria ser rechaçado pela direção do movimento, é um escárnio e uma burla aos trabalhadores. Primeiro expulsam os camponeses de suas terras, exploram os trabalhadores rurais até o osso e, depois, quando se vêem apertados pela crise, deixam-nos sem emprego, sem recursos, sem nada. Finalmente, corrompem seus dirigentes para evitar que lutem, repartindo esmolas e fazendo-se passar por santos.

O cinismo desta classe não tem limites. O mesmo Neco Garcia Cid lançou uma proposta aos fazendeiros da região para se fazer uma campanha chamada: *Adote um Sem-terra*. De acordo com esta, cada fazendeiro com mais de 100 alquei-

res adotaria uma família de sem-terra. É claro que esta proposta, mesmo que apareça na imprensa como "coisa séria", não passa de um escárnio aos explorados do campo.

Total de propriedades no Paraná, em alqueires

229.000	menos de 10
130.000	entre 10 e 20
84.001	entre 20 e 50
25.500	entre 50 e 100
25.135	mais de 1,00 I

Toda essa situação do campo revela a face do capitalismo atrasado no Brasil. De acordo com dados do INCRA o Paraná teria 40.000 famílias para serem assentadas e o número de propriedades por alqueires no Estado (veja quadro) indica a existência de no mínimo 50.635 propriedades com mais de 50 alqueires.

INCRA Garante Verba para Assentamentos no Paraná

Foi evidente o empenho do INCRA na mediação do conflito. Os fazendeiros estavam se armando em toda a região, empresas de segurança particular foram mobilizadas e até as polícias civil e militar vigiavam e importunavam os trabalhadores que se movimentavam na região. O perigo de enfrentamento era muito grande e o governo, através do INCRA, correu para "apagar o perigo de incêndio". Isto foi feito com a colaboração da direção regional do MST e com a enfática afirmação de que não faltará dinheiro para fazer os novos assentamentos e regularizar os antigos no Estado.

Ocorre que o Paraná é o Estado com maior número de ocupações de terra, são 38 propriedades ocupadas. Este é um dado frequentemente ocultado pelos governos do Estado, preocupados em vender a imagem deste ser um estado diferente dos outros, que é o "Brasil que deu certo" e coisas desse tipo.

A iminência de agravamento dos conflitos como consequência do acirramento da luta de classes, está obrigando o governo FHC a exercer uma "ação política", negociadora e pacificadora, de um lado. E, de outro, preparando suas ferramentas para reprimir o movimento com maior eficácia.

O movimento dos trabalhadores sem-terra tem se constituído no mais ativo movimento social nos últimos meses. Entretanto, está sob a direção de uma direção reformista, cuja perspectiva é a de resolver o problema do acesso à terra mediante sua compra, no marco das relações da propriedade privada capitalista e de maneira pacífica. Esta orientação, além de ser utópica e reacionária, tem como finalidade principal a de afastar os sem-terra do caminho da revolução agrária, que será produto da revolução proletária.



A LBI do Brasil e a estratégia partidária

Essa corrente constituída a partir de uma cisão com Causa Operária trouxe consigo todos os defeitos de sua matriz. É provável que nunca se livre das heranças do centrismo esquerdista. Citemos alguns traços de seu genótipo: muda de posição sem nenhuma auto-crítica pública, falsifica posições do adversário, inventa crítica, utiliza-se de críticas de outras correntes passando como se fossem suas, distribui documentos de alheios para combater o adversário, fazem traquinagem aparelhista, posam de vítimas injuriadas, quando não de Maria Madalena lagimejosa etc.

Tudo isso citamos através de experiências próprias com a LBI.

Ah!, estávamos esquecendo mais uma coisa desse rosário. A LBI arrasta consigo o júbilo do exitismo organizativo e procura desmoralizar o adversário com previsões ribombantes de que "está na fase terminal". O Sr. Cândido aprendeu bem as manias de grandeza do Sr. Rui de CO e de desprezo pequeno-burguês perante seu opositor.

As inúmeras respostas que o POR deu a essa corrente gigantesca - pois é assim que se acham ao se comparar com o minúsculo POR - demonstram cada um desses defeitos. Mas o que nos interessa especialmente é um deles: a mudança de posição sem auto-crítica. Também essa herança da LBI, talvez o defeito que mais se realça na matriz CO, já a demonstramos em nossa polêmica em relação ao Leste Europeu. Agora, temos mais uma inovação de nossos extraordinários críticos.

A LBI participou no I Encontro das Organizações Defensistas Revolucionárias, promovido em torno da grandiosa organização argentina Partido Bolchevique pela IV Internacional, que também tem por matriz de origem o pai argentino

da CO brasileira, conhecido por Partido Obrero (PO). O que nos chamou a atenção no comentário da LBI e nas Teses do Encontro, publicados no jornal Luta Operária, não foram as formulações revisionistas do marxismo contra a tática da Frente Única Antiimperialista e sua esdrúxula suposição de que tal tática elaborada pela III Internacional da época de Lenin e Trotsky corresponde a uma variante de Frente Popular. O que nos chamou a atenção foi a declaração de fé na formulação da consigna do governo operário e camponês, sinônimo da ditadura do proletariado, exposta no Programa de Transição da IV Internacional.

Por que nos intrigou? Justamente porque a LBI rompeu com Causa Operária levando como herança a consigna de GOVERNO DOS TRABALHADORES. Qual foi a primeira polêmica do POR brasileiro com a LBI? Foi a de acusá-la de não ter rompido com a consigna democratizante do governo dos trabalhadores, contraditória ao governo operário e camponês, forma de governo da ditadura de classe do proletariado.

Na ocasião, dissemos que uma cisão implica em ruptura de princípios. A formulação estratégica é um princípio. Pois bem, a LBI se calou diante de nossa exigência crítica, fez de conta que o problema da estratégia não era transcendente. E continuou defendendo o governo dos trabalhadores. Agora, publica solemente em seu jornal: "Para a CBQI (Corrente Bolchevique pela IV Internacional), a consigna de governo operário e camponês é entendida como sinônimo para designar popularmente a ditadura do proletariado". Em seguida, critica (sem dizer quem) aqueles que "defendem fórmulas de 'governo operário e camponês' não como sinônimo popular de ditadura do proletariado (...)".

E por que a resolução - diga-se de passagem, uma declaração abstrata - não se refere àquelas correntes que formulam a consigna de Governo dos Trabalhadores? A resolução não mascara a herança do governo dos trabalhadores, que não pode ser sinônimo popular da ditadura do proletariado, carregada pela LBI de sua matriz?

Não sabemos se o PBCI argentino realizou a devida crítica e autocrítica por ter pertencido a uma organização (PO) que também adotou a fórmula do governo dos trabalhadores, tão bem desenvolvida pelo morenismo revisionista do Programa de Transição. Mas sabemos que a nova matriz da LBI está acobertando a defesa da LBI, feita até ontem, de um governo alheio ao programa da revolução e ditadura proletárias.

Por seu turno, a LBI, nossos raivosos "críticos", fazem de conta que nada tem a ver e a haver com a herança do governo dos trabalhadores. Os devedores passam sem mais nem menos a serem os credores.

Para os mágicos, sua realidade palpável é o passe de mágica. É pena - para a LBI - que na política as coisas não podem se passar assim. Então se lastima por ser atacada injustamente por todos os lados.

Nacional



Olimpiadas: um ótimo negócio para o imperialismo

Desde meados de julho, os meios de comunicação dedicam a maior parte do tempo para as notícias das Olimpíadas de Atlanta, nos Estados Unidos. Trata-se de uma brutal massificação, cuja finalidade é atrair a atenção e estimular o consumo de produtos ligados aos jogos. O principal beneficiado são os capitalistas americanos, que vendem milhões de bugigangas com o símbolo das olimpíadas, sem falar nos direitos autorais sobre todos os outros produtos feitos por todo o planeta, os direitos de transmissão via rádio e TV e ainda o turismo.

As massas são submetidas a uma verdadeira lavagem cerebral. Estimula-se um patriotismo fajuto, já que as medalhas serão ganhas pelos atletas com melhores condições econômicas, com patrocínio das multinacionais, que em sua maioria treinam e até moram nos Estados Unidos. Projetam-se os mitos e alimenta-se o sentimentalismo estúpido do heroísmo. Não se trata de competições realmente espor-

tivas, mas de exibições de atletas preparados artificialmente, que serão utilizadas para vender mais tênis, bolas, aparelhos esportivos etc. E para levantar a bandeira da reeleição do neoliberal FHC. Os casos de trapaças são inúmeros, que incluem doping, arbitragens e até medicamentos especiais. Nem mesmo a morte de 2 pessoas e 17 feridos por uma bomba pararam por um instante sequer a jogatina. Afinal, as Olimpíadas são para se ganhar dinheiro.

Enquanto se ilude as massas com essa farsa, continua-se a exploração das nações atrasadas pelo imperialismo americano, europeu e japonês, e agrava-se a exploração de classe em todos os países. No Brasil, por exemplo, aproveitou-se a cortina de fumaça para aprovar o CPMF, mais um imposto que recairá sobre as massas.

Sob o capitalismo, o esporte tem servido cada vez mais para iludir e enganar as massas, mantendo-as submetidas à

opressão nacional e social. O esporte só servirá à humanidade quando esta se libertar do capitalismo e permitir reduzir a carga de trabalho e aumentar o tempo dedicado à formação humana, que inclui o aperfeiçoamento físico, artístico e esportivo. Somente quando para todos os homens forem dadas as condições para realizar a unidade entre a mente e corpo, entre a prática e a teoria, o esporte será uma grande conquista. Ou seja, quando a humanidade livrar o esporte das garras dos capitalistas.

Sobre o método de luta da classe operária

As duas classes que estão em total oposição (contradição) são a burguesia e o proletariado. A primeira, por ser a classe exploradora e possuir os meios de produção, tem o Estado em suas mãos. Ou seja, detém o poder político e militar. Há uma inter-relação entre o poder econômico dos capitalistas e o poder político-militar concentrado no Estado. O Estado é, portanto, uma organização de classe voltada a assegurar a exploração do trabalho das massas. Através dele, a burguesia exerce sua ditadura de classe sobre a maioria, não importando se o regime político do momento seja parlamentar (democrático) ou ditadura militar. O essencial é que, em qualquer circunstância, a burguesia exerce sua ditadura de classe.

A diferença de regime político é determinado pela luta de classes, que por sua vez tem por detrás de si as condições econômicas da situação. Tal diferença reflete o método imperante da burguesia governar a maioria escravizada pelas relações capitalistas de produção e administrar a si própria conforme seus interesses. Se se trata do regime democrático (ou semidemocrático), a ditadura de classe está sendo exercida principalmente pelos partidos políticos, pelo jogo parlamentar e pela colaboração da burocracia sindical corrompida.

As Forças Armadas e a polícia, nesse caso, permanecem como guardiãs, prontas a intervir, assim que a luta de classe se agravar e os mecanismos políticos falharem. Não havendo maiores conflitos entre explorados e exploradores, a melhor maneira de exercer sua ditadura de classe (governar) é a demagogia dos partidos políticos capitalistas, do engano eleitoral, das falcatruas parlamentares,

do jogo de oposição entre os próprios partidos (direita e esquerda burguesas), das negociações feitas pela burocracia sindical vendida (a exemplo das câmaras setoriais, da conciliação pelo Tribunal do Trabalho, da subordinação dos sindicatos às leis, ao parlamento etc).

Não é por acaso que o melhor método para a classe capitalista governar é aquele baseado nas eleições, no funcionamento parlamentar e assentado na colaboração das direções sindicais pró-capitalistas. Mas essa forma não depende da vontade da burguesia. Está condicionada, como dissemos, pela situação econômica e pela luta de classe, que inclui também divisões no interior da própria burguesia.

Diante de uma situação instável, como foi a do pré-1964, em que o proletariado ganha força através de greves, aumenta a unidade nacional dos explorados, sai às ruas com poder de massa e em que a burguesia se cinde desorientadamente, bem como o exército começa a se desagregar, e os partidos já não conseguem administrar os choques, então a classe capitalista muda radicalmente seus métodos. Atribui poder total às Forças Armadas, que substitui o funcionamento parlamentar do Estado por um governo militar ou uma ditadura civil. A Constituição e todo ordenamento jurídico do chamado Estado de direito são suspensos e se subordinam às necessidades do poder militar.

Essa situação escancara o verdadeiro poder de Estado, ou seja, a ditadura de classe dos capitalistas, que sob a forma democrática fica mais ou menos disfarçada. Na atualidade, época de grande crise permanente do capitalismo, a democracia burguesa se apresenta profundamente desfigurada e desmoralizada, tendo o governo de restringir cada vez mais as liberdades políticas e se apoiar diuturnamente na força das armas contra as massas.

Para melhor entendermos os métodos de luta do proletariado, pois nosso objetivo é melhor aplicá-los, é necessário conhecer os métodos de ação da classe adversária.

Os métodos do proletariado se baseiam inteiramente na ação coletiva, que enfoca o método da ação direta de massa. O que é totalmente distinto dos métodos democráticos e militares da burguesia. Isso prova que o método de luta entre as classes não é neutro e nem indiferente. Se o proletariado se subordinar ao método político burguês, admitirá a ditadura de classe da burguesia que o oprime e também a maioria nacional, que inclui outras classes exploradas, como os camponeses pobres e a classe média urbana arruinada.

A classe operária se constitui na força produtiva, coluna vertebral do sistema econômico. Ocupa um lugar essencial na produção social, portanto nas relações de produção capitalista. Aí está seu poder, sua capacidade coletiva de luta e é daí que extrai seu principal método de combate - o da ação direta. A burguesia teme justamente a potencialização da capacidade de greve da classe operária. Principalmente quando essa se transforma em capacidade de combate geral, de unidade grevista nacional.

O método grevista evidencia a classe operária como um poder social perante a produção e oposto à propriedade privada dos meios de produção. Eis por que a unidade grevista das massas se choca abertamente contra o Estado, ou seja, contra a ditadura de classe da burguesia.

A história internacional das lutas sociais nos mostra como o proletariado cria novas formas de luta e as combina de acordo com as necessidades e evolução política de seu movimento. A partir do domínio do método grevista, que superou a forma primitiva originária de estrita ação de quebra de máquinas, a classe operária pôde descobrir o valor da insurreição, em que se combina todas as formas de ação direta, incluindo o levante armado e suas variações táticas (guerrilha, por exemplo, historicamente utilizada pelos camponeses em insurreições).

Se a burguesia exerce sua ditadura de classe com métodos próprios de classe exploradora, os métodos próprios da classe operária são o meio para os explorados derrotarem tal ditadura da minoria. Sua estratégia é a de estabelecer a ditadura do proletariado contra a minoria exploradora.

A história também demonstra que o proletariado pode se utilizar de métodos de seus inimigos, a exemplo das eleições e da luta parlamentar. Isso em situação bem determinada da luta política e da evolução do movimento das massas.

Porém, sempre que isso se tornar possível, a utilização do método democrático-burguês deve se constituir em meio auxiliar para potencializar a luta direta e a ela estar subordinada. Também está comprovado que se o proletariado subordina os seus métodos próprios aos da burguesia, acaba fortalecendo a ditadura de classe dos exploradores.

Todo o trabalho do partido revolucionário se concentra na tarefa de potencializar a ação direta e dirigí-la contra a ordem capitalista.



56 Anos do Assassinato de Leon Trotsky

A 20 de agosto de 1940, Leon Trotsky foi morto a golpe de uma picareta de alpinista. Foi um dos crimes políticos mais hediondos, que ficou gravado para sempre na história da luta revolucionária do proletariado internacional.

Esse militante incansável por uma sociedade comunista, em que se extinguirão as classes, o Estado e, portanto, toda forma de opressão do homem pelo homem, se destacou por compreender profundamente a doutrina do internacionalismo proletário. Trotsky foi morto por Jacques Mornard, a mando de Josef Stalin, precisamente por militar e elaborar o internacionalismo marxista, apoiando-se na extraordinária experiência da Revolução Russa e no que havia de mais significativo no movimento mundial.

Já em 1904/1905, Trotsky despontou como conhecedor rigoroso da doutrina socialista de Marx/Engels e deu seus primeiros passos seguros na formulação da teoria da revolução permanente e do internacionalismo. Os acontecimentos da revolução russa (1905, fevereiro e outubro de 1917) e, posteriormente, os vinculados ao processo de restauração capitalista da União Soviética, por obra da revisão de Stalin do programa bolchevique, demonstraram com toda cabalidade que a teoria da revolução permanente é a mais avançada revelação dos princípios do internacionalismo proletário.

Não foi por acaso que Josef Stalin e os capituladores, incluindo um dos mais próximos amigos de Trotsky - Karl Radek -, concentraram toda sua luta contra a teoria da revolução permanente. Procuraram deformá-la e falseá-la para poder negá-la, em nome do leninismo e do bolchevismo. Inventaram que esta desprezava a importância da aliança operária e camponesa, que era uma panacéia em que a revolução aconteceria ao mesmo tempo em vários lugares etc. Porém, a verdade é que a teoria da revolução permanente se constituía num muro em que se chocava a revisão estalinista do "socialismo em um só país", de onde se derivava uma política de paz mundial com a burguesia imperialista e de bloqueio ao movimento revolucionário mundial. E por onde se abria caminho para as pressões da contra-revolução restauracionista interna e externa à União Soviética.

A constituição da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, no interior do partido comunista, foi inteiramente dirigida contra o processo de restauração capitalista (o Termidor) e em defesa da revolução mundial, única via real para o socialismo triunfar definitivamente na União Soviética. Em sua obra "A Revolução Permanente", escrita em 1929 para responder às falsificações estalinistas, Trotsky traça com clarividência teórica as duas linhas antagônicas: a do internacionalismo e a da restauração capitalista ("socialismo em um só país").

Diz, no prólogo de 1930, "Cabem nisto duas variantes fundamentais. Uma é ir - com o rumo que deixamos caracterizado - para a consolidação econômica da ditadura do proletariado em um só país até que a revolução proletária internacional consiga novos triunfos: é o ponto de vista da Oposição de Esquerda. A outra é fechar-se na edificação de uma sociedade socialista nacional isolada "dentro de um prazo histórico rapidíssimo": é a posição oficial dos dirigentes de hoje".

Um pouco antes, em 1928, Trotsky escreveu uma longa e completa crítica à "teoria" do socialismo em um só país, publicada com o nome de "Stalin, o Organizador de Derrotas. A III Internacional depois de Lenin". Nela se destaca: "Em nossa época, que é a do imperialismo, isto é, a da economia e política mundiais dirigidas pelo capital financeiro, não existe um só partido comunista que possa estabelecer seu programa tomando só ou principalmente como ponto de partida as condições ou as tendências da evolução de seu país. Isso se aplica igualmente e por inteiro ao partido que exerce o poder nos limites da União Soviética".

E prossegue: "O partido revolucionário do proletariado não pode se basear senão em um programa internacional que corresponda ao caráter da época atual, do máximo desenvolvimento e fundamento do capitalismo". (...) "Na época atual, infinitamente mais que durante a anterior, só se deve e se pode deduzir o sentido em que se dirige o proletariado nacional do ponto de vista da direção seguida no domínio internacional, e não o contrário. Nisto consiste a diferença fundamental que separa, como ponto de partida, o internacionalismo comunista das diversas variantes do socialismo nacional."

Como dissemos, a essência da teoria da revolução permanen-

te é o internacionalismo marxista. Ela está composta por dois aspectos fundamentais: a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a lei da interdependência das relações econômicas e políticas que conforma a unidade mundial capitalista. Refutando a revisão do programa da Internacional e da teoria científica do marxismo por Stalin, Trotsky expõe com exatidão esses dois fundamentos da teoria da revolução permanente.

"Primeiro: apesar do atraso histórico da Rússia, a revolução pode dar o poder ao proletariado russo antes de dá-lo aos países avançados. Segundo: para sair das contradições em que tropeçará a ditadura do proletariado em um país atrasado, rodeado por um mundo de inimigos capitalistas, será necessário avançar o rolo da revolução mundial. A primeira dessas teses se baseia na justa concepção da lei do desenvolvimento desigual. A segunda, na compreensão exata da realidade dos laços econômicos e políticos que unem os países capitalistas".

Em 1936, Trotsky redige um trabalho que completa toda luta contra o nacional socialismo de Stalin. Trata-se da "A Revolução Traída". Baseando-se nos dados estatísticos da União Soviética e nas tendências econômicas mundiais, põe abaixo pedra a pedra o edifício artificioso do "socialismo em um só país", explica as razões fundamentais da burocratização do Estado Soviético, a destruição do partido bolchevique e analisa as possibilidades do triunfo da contra-revolução restauracionista.

O estalinismo, definitivamente, se cristalizava como uma tendência reacionária anti-comunista. Nem bem Trotsky havia acabado de fazer tal análise na "A Revolução Traída", Stalin anunciava o início do período terrorista dos Processos de Moscou. O Termidor estalinista entrava na etapa do assassinato em massa dos dirigentes mais destacados do bolchevismo e de todos os opositores. Tratava-se de um reflexo da degeneração burocrática do Estado Soviético e da completa eliminação de qualquer traço da democracia proletária.

O "socialismo em um só país" só poderia levar a União Soviética ao impasse histórico e derivar métodos políticos totalmente opostos aos do proletariado (marxismo). O vil assassinato de Leon Trotsky não foi senão o coroamento da política estalinista de restauração burguesa. As mãos sujas de Stalin, suja de sangue dos homens mais altivos que a humanidade já conheceu, estavam guiadas pela burguesia imperialista.

Porém, triunfou a teoria da revolução permanente. Ela é nossa mais poderosa arma, pois resume o socialismo científico e conduz à prática revolucionária.

Em um pós-escrito ao seu Testamento, Trotsky, presentindo seu fim, deixou ao proletariado sua convicção: "Mas sejam quais forem as condições de minha morte, morrerei com uma fé inquebrantável no futuro comunista. Esta fé no homem e em seu futuro dão-me, mesmo agora, uma tal força de resistência como religião alguma poderia me fornecer".

Sem dúvida, o proletariado mundial saberá reconhecer essa dedicação revolucionária e pôr em pé a IV Internacional, baseada integralmente no Programa de Transição.

(Este texto é a apresentação da Revista Socialismo Científico, nº2, que será dedicada quase inteiramente à vida e obra de Leon Trotsky - pelo CC do POR, Atílio de Castro)

Internacional



Funcionários da Educação - SP

A Luta Contra o Fim da Estabilidade

Desde que assumiu o governo de São Paulo, Mário Covas tem colocado na prática a reforma neoliberal da educação. Um dos pontos dessa reforma é o fim da estabilidade do funcionalismo.

Como existe um atraso em passar este ponto via reforma da Constituição, Covas vem sabotando sistematicamente esta conquista. Começou contratando os concursados por apenas 1 ano, não renovando o contrato ao final. Depois esperou que os concursos "caducassem", não contratando ninguém. O governo sabia que as escolas tinham um déficit de funcionários, e que o fim das contratações somente iria aumentar a situação de abandono nas escolas.

Agora, meses depois, o governo teve a grande idéia de fazer contratações via APM, por 6 meses. É a reedição tucana do *Baneser* e do *Prodempar*. Esta é a solução que o governo encontrou para buscar novamente sabotar a estabilidade, enquanto espera o fim desta.

Covas já descartou novos concursos, espera agora eliminar com as "demissões voluntárias" o maior número possível do funcionalismo concursado e, a partir deste quadro, trabalhar com as APMs e as parcerias.

Esta é a terceirização, demite-se os concursados, contrata-se por seis meses ou menos, e a máquina do Estado continua em estado de falência, pois o dinheiro irá como sempre para o bolso das empreiteiras.

Cabe às organizações sindicais e à CUT convocarem imediatamente a luta contra a reforma administrativa do governo, parte do plano anti-nacional e antipopular de FHC, ditado pelo imperialismo e que deve ser posto abaixo através da luta nacional e unitária das massas.

I Congresso Nacional de Educação

Será realizado, no início de agosto, o I Congresso Nacional de Educação, em Belo Horizonte. Está sendo convocado por todas as entidades sindicais de trabalhadores da educação. O objetivo anunciado é a elaboração de uma proposta de educação para se contrapor à do governo neoliberal.

Pelos documentos apresentados, como subsídios ao debate (pois não há tese), se verifica que se trata de um conjunto de idéias que vêm sendo desenvolvidas pelas direções sindicais reformistas. Idéias estas sobre a chamada "globalização", "reestruturação produtiva", "qualidade total/ qualidade social", "exclusão/inclusão" etc. A burocracia sindical tem explicado o avanço da política neoliberal através desse conjunto de conceitos burgueses. Para fazer frente à ofensiva governamental de destruição do ensino público, as direções reformistas apresentam um "projeto alternativo à sociedade capitalista", que inclui um modelo escola.

Caracterizam essa escola, fruto da "modernidade", como sendo crítico-emancipadora, ou seja, formadora de cidadãos. A busca da "cidadania" é o caminho para a disputa dessa "hegemonia" na sociedade capitalista. A construção de um "projeto educacional" é a tarefa desse I Congresso Nacional, segundo eles.

O POR apresenta um Jornal Massas especial, analisando a diretriz educacional de FHC e a proposta reformista das direções sindicais. Ao mesmo tempo, expõe a concepção marxista de escola enraizada na produção social. Mostra a utopia reacionária do reformismo (a escola cidadã na sociedade capitalista) e aponta os caminhos para a conquista da nova escola, voltada à produção social.

VICUNHA - SP

O fiasco da geração de empregos

O desemprego atinge o setor têxtil pela ganância dos capitalistas de cada vez enriquecer mais. Com um faturamento de R\$ 1,5 bilhão, o grupo Vicunha fecha suas duas fábricas em São Paulo (Tatuapé e Belenzinho) para se expandir onde consegue incentivos fiscais e onde a mão de obra é mais barata. Enquanto os capitalistas da Vicunha procuram aumentar seus lucros, centenas de operários têxteis sofrerão com o desemprego. Este é um dos exemplos da reforma fiscal e desenvolvimento industrial do Plano FHC.

Os têxteis da Vicunha, mesmo sabendo que estão desempregados, continuam o trabalho no setor de tinturaria. Os patrões sem escrúpulos contrataram muitos operários como "experiência", enquanto outros estavam em licença remunerada.

A diretoria do sindicato dos têxteis diz que foi pega de surpresa com a notícia e entrará na justiça pedindo reintegração. Os métodos da burocracia sindical não resolverão o problema do desemprego e opressão de classe que atinge os operários no momento. Os têxteis precisam do trabalho da fábrica para sobreviver. Como força de trabalho, que comanda a produção, contrária aos patrões parasitas, o método contra a ofensiva dos patrões e seu governo é a ocupação e a apropriação da produção. A ausência de resistência dos trabalhadores frente ao fechamento da Vicunha se deve ao domínio da burocracia sindical (Força Sindical), que dirige o sindicato e mantém as fábricas completamente desorganizadas.

Educação



Movimento Operário

O que se passou no congresso dos trabalhadores

A burocracia cobista se empenhou a fundo (desde o fato de fixar como sede Trinidad, o que permitiu que pudessem se deslocar comodamente somente os que recebiam suspeitosas ajudas extra-sindicais) para controlar de cima o XI Congresso da COB, para dirigi-lo conforme os interesses da burocracia e do governo.

Isto se traduz no esforço que fizeram os estalinistas, os revisionistas, os colaboracionistas etc. para pôr de lado os princípios revolucionários e substituí-los com um programa eleitoral, francamente pró-burguês, e que, ao mesmo tempo, pudesse servir para que os traficantes do sindicalismo continuem engordando. Estamos nos referindo às propostas políticas encaminhadas a formar um amplo fundo eleitoral, onde se tem colocado algumas palavras marxistas-revisionistas da teologia da libertação, do indigenismo, do eleitoralismo pró-burguês, do revisionismo etc., a fim de que todos pudessem encontrar algo daquilo que vêm sustentando. O objetivo não é outro senão se empenhar em ganhar as câmaras, prefeituras, ministérios, enfim, cargos no aparato estatal burguês, que sempre permitem engordar às custas do maior empobrecimento da maioria nacional, das massas que suportam uma situação de extrema miséria.

Os comentaristas estão surpresos com a habilidade dos traficantes do sindicalismo, que têm inventado uma nova categoria, o socialismo multinacional. Isto, evidentemente não é socialismo, porque não se pode cozinhar um cozido com a propriedade social e os interesses de setores nacionais enraizados precisamente na propriedade privada em todas suas dimensões. Trata-se de uma contradição excludente. O desenvolvimento das forças produtivas somente pode se dar partindo da propriedade social, superando a privada. Entendido, senhores impostores?

Isto acontece aos burocratas porque têm como finalidade estratégica ganhar algumas migalhas na farsa eleitoral, tudo dentro do marco de uma suposta e inexistente democracia burguesa. A isto se reduz a miséria ideológica da burocracia sindical.

Todos, desde os burocratas até os porta-vozes da burguesia como E. Millares R. ("O Diário"), M. Rueda Peña ("A Razão"), R. Eróstegui da social-democrata ILDIS, até o inefável Cayetaño, opõem os modernizadores (os que se

acomodam à crise econômico-ideológica do capitalismo) contra os revolucionários (que são os marxistas empenhados em defender a linha da revolução social anticapitalista).

Os modernizadores são os que procuram submeter-se ao capitalismo em suas crise e sua decomposição, para converter a classe operária em outro cadáver. Sustentam que há novos atores estranhos ao proletariado, porque a crise econômica tem diminuído o número desta classe social revolucionária. Em resposta, aconselham os explorados a beijarem os que os escravizam adorando as virtudes milagrosas da impostura chamada "democracia moderna".

O exposto se traduz na luta polarizada entre o POR (expressão da revolução social e da ditadura do proletariado) e o bloco conformado por todos os burocratas, negociadores, revisionistas, estalinistas, democratas e serventes da burguesia em geral.

Por trás da crise da burocracia, soma a perspectiva do fortalecimento político do movimento de massas, do proletariado, dos explorados e oprimidos. O que acontece na Bolívia mostra o fortalecimento do marxismo e a destruição definitiva do estalinismo, do democratismo barato, do revisionismo em geral. Estas posturas não fazem mais do que retratar o que está ocorrendo com a burguesia agonizante.

Os modernistas não entendem nada de nada. Confundem as posturas revisionistas da burocracia, das uniões eleitoreiras, dos colaboracionistas com as posições claras e categóricas dos marxistas fundidas nas Teses de Pulacayo, no trotskismo. O grave é que esta confusão, que se traduz em um cozido intragável, se pretende apresentar como "marxismo moderno". Coisas dos laicos da burguesia.

(extraído do Masas, do POR boliviano, nº 1527)

Internacional



ORGÃO DA TENDÊNCIA MARXISTA DO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO - COMITÊ PROLETARIANO EDUCADOR - REVISTA DO COMITÊ DE LUTA DA REVOLUÇÃO SOCIAL E INTERNACIONAL - ESPECIAL PARA O CONGRESSO DA EDUCAÇÃO

Contribuição ao I Congresso Nacional de Educação
Crítica às teses reformistas

Defesa de uma linha revolucionária para a educação

O Estado brasileiro e política educacional dos anos 50

A burocracia "reformista" tem sido utilizada para manobrar a situação de poder no Brasil, visando a obtenção de um governo burguês que permita a continuidade da situação de exploração e de dominação social.

Segundo os dirigentes do governo, o Brasil teria alcançado uma situação econômica satisfatória. A realidade é que a situação econômica do Brasil continua a ser precária, com altos índices de inflação e desemprego.

Os dirigentes da burocracia educacional defendem a manutenção da situação atual, visando a obtenção de um governo burguês que permita a continuidade da situação de exploração e de dominação social.



Adquira com o distribuidor deste jornal:

Proposta ao I Congresso Nacional da Educação

Contribuição à História do Brasil; O Desenvolvimento do Trotskismo



Há 5 anos de 19 de agosto de 1991

Golpe de Estado pôs fim à era Gorbachov

Há 5 anos atrás, a ala dura do PCUS, liderada por Ligachev, detinha o então presidente da URSS Gorbachov e se declarava no poder, através de um golpe de estado. O golpe durou menos de 2 dias, porque a pressão externa e a desagregação da burocracia estalinista puseram o governo Ligachev abaixo e trouxeram Gorbachov de volta, apenas como um marionete na desintegração da URSS. O novo homem-forte do regime passou a ser Boris Yeltsin, apoiado no imperialismo e na fração burocrática majoritária.

O golpe de Ligachev expôs a desintegração da burocracia estalinista, fracionada ao redor de como processar a restauração capitalista iniciada desde Stalin e acelerada enormemente a partir de meados da década de 80, quando Gorbachov subiu ao poder.

As principais frações burocráticas debatiam qual o método e ritmo mais adequado de restauração. A fração mais "conservadora", liderada por Ligachev, pretendia um ritmo de restauração mais gradual, sob rígido controle estatal e com a farta utilização do aparato repressivo contra as massas. A fração mais "reformista", liderada por Yeltsin, pretendia aceleração das reformas pró-capitalistas, e julgava necessária a modificação do regime, assemelhando-o ainda mais às democracias burguesas. Julgava que assim teria melhores condições de impor as medidas restauracionistas frente às massas.

Como se vê, não havia (como não há até hoje)

nenhuma divergência essencial de conteúdo entre as duas alas burocráticas, a diferença reside na discussão sobre a tática mais adequada para a restauração.

O vencedor Yeltsin foi obrigado pelos acontecimentos a convergir rapidamente para uma posição abertamente repressiva contra as massas e centralizadora de poder. A realização de eleições para a presidência da Rússia serve às alas da burocracia para manter as massas submetidas e controladas. A ala "neocomunista" de Ziuganov chegou a propor um co-governo com Yeltsin antes do segundo turno das eleições. Sabe que a unidade burocrática, ainda que com todas as choques internos, é essencial para evitar que as massas se levantem contra a burocracia e a ponham abaixo.

A burocracia conseguiu nesses 5 anos avançar enormemente a restauração capitalista, às custas da elevação da miséria a níveis antes impensados na Rússia. A privatização de grande parcela da produção, a abertura e desregulamentação do comércio exterior etc. trouxeram as multinacionais que, consorciadas com as frações da burocracia, assumiram em grande medida o controle sobre a economia do país.

As massas têm se mobilizado para resistir às reformas pró-capitalistas, mas esbarram na ausência de uma direção revolucionária, que só pode se construir sobre a base de um programa revolucionário (marxista-leninista-trotskista). Mas as contradições da atual situação favorecem a construção do partido revolucionário, que deve apontar para a revolução política, que reestabelecerá a ditadura proletária e o controle das massas sobre a economia. Esse partido tem como tarefa inicial a luta contra todas as frações burocráticas e seu desmascaramento frente às massas.

Internacional

HUNGRIA

O Papel do Estalinismo

O primeiro ministro húngaro, Gyula Horn, acredita ter descoberto a receita que permite as camarilhas estalinistas retornarem ao poder bastando apenas mudar de roupa-gem. Parece que, na Hungria e em outros países, basta se trocar de camiseta. Na Hungria, aparecem como Partido Socialista. No parlamento, contam com 209 cadeiras de um total de 386.

G. Horn exclama: "Os políticos sabem se recuperar, porém nunca se tornam normais". Estas palavras engraçadas ocultam o segredo da atuação de alguns estalinistas: encabeçar a onda popular contra a ditadura estalinista para logo retornar ao poder.

Solidarizo-me - disse - com os antigos "comunistas que agora governam na Europa central e oriental". Em seguida, se referiu a esta espécie de mistério:

"Na Hungria foi um pequeno grupo de dirigentes do partido do Estado (estalinista) que promoveu a mudança (sua derrocada), na segunda metade dos anos oitenta. Meus companheiros e eu figuramos entre aqueles que disseram que havia de derrocar o regime por ser antidemocrático e improdutivo. Como esquerdista, me alegro do avanço do Partido Socialdemocrata".

A assim, acredita ter descoberto

este tipo de lei do retorno dos estalinistas nem bem se mude de camiseta: "Estou convencido de que na Europa existem somente duas tendências fundamentais, a direita e a esquerda. O liberalismo pode ser uma dobradiça. Voltando-se para a República Checa, creio que a alternativa à direita poderia ser uma esquerda do tipo europeu" (socialdemocrata).

A chave de tudo isto se encontra no fato de que está ausente uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista das massas, que certamente não pode brotar de maneira espontânea. A crise dos ex-satélites da URSS estalinista é a crise de sua direção, podemos dizer parodiando a Trotsky. Essa direção não aparece porque está ausente a Quarta Internacional.

Os jornais informam que na Hungria 70% da economia estão nas mãos da iniciativa privada. O governo dos velhos estalinistas calcula que, em 1997, cheguem a uns 85%. Como se vê, lançam o avanço da restauração capitalista. Sabendo disto, se colocam à cabeça desta tendência pró-burguesa.

Como não poderia ser de outra maneira, o avanço do capitalismo em decomposição está cheio de calamidades insuportáveis. Os velhos estalinistas, para permanecer no poder

se esforçam por explicar a seu modo o problema.

A Hungria tem suportado um drástico programa de austeridade. A explicação de Horn: "O comunismo do Gulash, que fez do país um oásis de prosperidade relativa entre os satélites de Moscou, esteve financiado pela dívida externa e agora se acabou o viver de empréstimos internacionais".

Nas eleições de 1994 alcançaram a vitória predicando uma economia social de mercado, receita repetida também, na Bolívia, por alguns reformistas e inclusive movimentistas, ex-estalinistas etc.

Os velhos estalinistas cumprem o papel de ir sempre mais à direita nos ajustes da economia.

Quando os cidadãos procuram se apartar dos aspectos mais dilacerados do capitalismo, não encontram mais líderes que os velhos estalinistas, que agora sintetizam sua política como esforço por encontrar "um meio-termo, entre segurança sem liberdade (para eles, isso foi o estalinismo) e a liberdade sem segurança (avanço do capitalismo). O reformismo está chegando a seu ponto mais elevado.

(extraído do jornal Masas, do POR boliviano, nº 1527)

